

**VIII ENCONTRO VIRTUAL DO
CONPEDI**

**CONSTITUIÇÃO, TEORIA CONSTITUCIONAL E
DEMOCRACIA II**

PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS

JÉSSICA FACHIN

PAULO RONEY ÁVILA FAGÚNDEZ

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

C755

Constituição, teoria constitucional e democracia II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Jéssica Amanda Fachin; Paulo Roberto Barbosa Ramos; Paulo Roney Ávila Fagúndez. – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-195-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito Governança e Políticas de Inclusão

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Constituição. 3. Teoria constitucional. VIII Encontro Virtual do CONPEDI (2; 2025; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

CONSTITUIÇÃO, TEORIA CONSTITUCIONAL E DEMOCRACIA II

Apresentação

O grupo de trabalho Constituição, Teoria Constitucional e Democracia II, do VIII encontro Virtual do CONPEDI, contou com a colaboração de quase duas dezenas de pesquisadores brasileiros, os quais abordam em suas investigações, traduzidas em artigos científicos, temas os mais diversos, entre os quais podemos destacar estado democrático de direito, o papel do Supremo Tribunal Federal na regulação da internet, liberdade de expressão, Fake News, participação política digital, riscos ao regime democrático no mundo digital, formação de magistrados e sistema federal.

As análises desenvolvidas em todos os artigos, que resumem esforços acadêmicos de professores, graduandos, mestrandos, e doutorandos dão conta da atual realidade brasileira, notadamente no que se refere à construção de um ecossistema jurídico com potencial para garantir a estabilidade de um ordenamento jurídico democrático capaz de assegurar a paz e as liberdades fundamentais dos indivíduos em um contexto social cada vez mais polarizado.

Por conta da riqueza de todas as questões que são abordadas, recomendamos vivamente a leitura dos valiosos trabalhos selecionados previamente, por meio de análise cega de experts na área jurídica.

Boa leitura a todos.

Prof, Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos

Profa. Dra. Jéssica Facchin

Prof. Dr. Paulo Roney Ávila Fagúndez

DEMOCRACIA EM CHEQUE: O PAPEL DO CONTROLE DE INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL

DEMOCRACY IN CHECK: THE ROLE OF INFORMATION CONTROL IN THE DIGITAL AGE

**Lia Bartolomei Rubim de Glavina Reino Muniz
Natalia Maria Ventura da Silva Alfaya**

Resumo

Neste artigo foi explorado o conceito de infocracia, que descreve um regime político emergente na era digital, onde o controle da informação, dados e algoritmos se tornou uma ferramenta central de manipulação e governança. A digitalização está revolucionando as democracias em sistemas de controle, onde dados e algoritmos manipulam a opinião pública de maneira sutil. Sem uma vigilância crítica, a liberdade de escolha e o debate público estão cada vez mais em risco, já que a verdade está sendo constantemente substituída por narrativas manipuladas e desinformação. As interações e o debate público, que tradicionalmente sustentam as democracias, estão sendo substituídos por fluxos incessantes de informações superficiais moldadas por algoritmos. Este trabalho discute como essa manipulação sutil enfraquece as bases democráticas e a autonomia individual, especialmente com o surgimento de fake news e a relativização da verdade. Ao explorar os impactos desse novo regime informacional, o artigo busca compreender como as democracias podem se sustentar diante desses desafios e propõe a necessidade de uma análise crítica para preservar a autonomia e a verdade em um mundo cada vez mais digitalizado.

Palavras-chave: Infocracia, Digitalização, Controle informacional, Algoritmos, Democracia

Abstract/Resumen/Résumé

This article explores the concept of infocracy, which describes an emerging political regime in the digital age, where the control of information, data, and algorithms has become a central tool of manipulation and governance. Digitalization is revolutionizing democracies into systems of control, where data and algorithms subtly influence public opinion. Without critical oversight, freedom of choice and public debate are increasingly at risk, as truth is continuously replaced by manipulated narratives and misinformation. Interactions and public discourse, which have traditionally sustained democracies, are being supplanted by incessant flows of superficial information shaped by algorithms. This paper discusses how this subtle manipulation undermines democratic foundations and individual autonomy, especially with the rise of fake news and the relativization of truth. By examining the impacts of this new informational regime, the article seeks to understand how democracies can endure these challenges and proposes the necessity of critical analysis to safeguard autonomy and truth in an increasingly digitalized world.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Infocracy, Digitalization, Informational control, Algorithms, Democracy

1. INTRODUÇÃO, OBJETIVOS E METODOLOGIA

A era digital trouxe profundas transformações nas sociedades contemporâneas, especialmente no funcionamento das democracias. Dessa forma, surge um novo tipo de regime político, onde a regulação da informação, dados e algoritmos se torna o principal mecanismo de manipulação. Diferente dos regimes convencionais, esse novo sistema não exerce poder por meio da coerção física, mas sim pelo controle das informações que circulam nas mídias digitais. As redes sociais e os algoritmos desempenham um papel fundamental nesse processo, moldando opiniões, comportamentos e, por vezes, resultados eleitorais, de forma quase invisível.

A personalização do conteúdo digital, facilitada por algoritmos que monitoram o comportamento dos usuários, cria uma segmentação do público, amplificando a polarização e fragmentando o debate público. Nesse sentido, o diálogo construtivo é substituído por informações superficiais e filtradas, onde a desinformação e as narrativas manipuladas ganham destaque. A transformação das democracias em sistemas de controle informacional promove reflexões sobre a integridade dos processos democráticos e a qualidade da comunicação pública.

Além disso, o crescente uso de dados e algoritmos coloca em risco a liberdade individual e a autonomia do cidadão, pois, a manipulação da informação e a proliferação de fake news relativizam a verdade, dificultando a distinção entre fatos e opiniões, minando assim as bases sobre as quais a democracia se sustenta. Nesse diapasão, a liberdade e o debate público, que são fundamentais para a democracia, estão ameaçados por essa forma de controle e manipulação em massa.

Este artigo busca analisar como essa nova forma de controle informacional impacta as democracias modernas. A proposta é entender os efeitos dessa digitalização e como isso impacta na opinião pública, além de discutir a necessidade de uma discussão crítica para preservar a integridade do debate democrático em um ambiente cada vez mais influenciado por dados e algoritmos.

O objetivo geral do trabalho é analisar como a infocracia, enquanto regime de controle informacional baseado na manipulação de dados e algoritmos, impacta negativamente os fundamentos das democracias contemporâneas, comprometendo a autonomia individual, o debate público e a integridade dos processos democráticos. Os objetivos específicos são:

- Investigar de que forma a personalização algorítmica e o colonialismo de dados afetam a liberdade de escolha e a construção da autonomia dos cidadãos.

- Examinar o papel das redes sociais na segmentação de conteúdo e na formação de bolhas informacionais que fragilizam o debate democrático.
- Discutir os efeitos da disseminação de fake news e da desinformação na relativização da verdade e nas dinâmicas de poder nas sociedades digitais.
- Analisar a influência dos algoritmos nas eleições e na formação da opinião pública, com foco nos riscos à equidade e à legitimidade do processo democrático.
- Refletir sobre possíveis caminhos de resistência, como a educação digital crítica e a regulação das plataformas, para fortalecer a democracia frente aos desafios impostos pela infocracia.

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com foco na análise crítica interdisciplinar. A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica fundamentada em autores contemporâneos que discutem as interações entre tecnologia, política e sociedade, como Byung-Chul Han, Silveira et al. e Wendy Brown.

O percurso metodológico buscou compreender os impactos da digitalização e do controle informacional sobre as democracias modernas, examinando temas como algoritmos, big data, vigilância digital, desinformação e manipulação eleitoral. Para isso, foram selecionadas obras de referência nas áreas de filosofia, teoria política e direito, permitindo a construção de uma análise reflexiva, densa e crítica sobre os desafios atuais da era digital.

A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela complexidade do objeto de estudo, que envolve aspectos subjetivos, sociais e políticos que não podem ser reduzidos a dados numéricos. A investigação foi guiada por uma leitura interpretativa dos fenômenos descritos, com o objetivo de evidenciar os riscos à autonomia, à verdade e à liberdade na dinâmica democrática contemporânea, frente à ascensão da infocracia.

2. O CONTROLE INFORMACIONAL NA ERA DIGITAL

O controle social adquiriu novas formas, sendo exercido por meio da manipulação de dados e algoritmos. Byung-Chul Han introduz o conceito de infocracia, onde o poder político e social é moldado pela informação digital, que é manipulada de forma sutil e quase invisível Han (2022b). Nesse cenário, o controle não se baseia mais na imposição física, mas sim na segmentação e personalização da informação, que é utilizada para influenciar o comportamento das massas, gerando um ambiente de manipulação constante. Da mesma forma, Silveira et al. (2021) discute o colonialismo de dados, uma forma de dominação na qual a coleta massiva de dados por grandes corporações digitais concentra o poder em poucas mãos, exacerbando desigualdades e perpetuando o controle social.

Esses mecanismos, baseados em big data e algoritmos, moldam o que os usuários consomem e acreditam, criando bolhas informacionais que fragmentam o debate público e dificultam o diálogo democrático. As plataformas digitais, ao utilizar dados comportamentais para segmentar o público, intensifica a polarização social e enfraquecem a comunicação genuína entre diferentes grupos Silveira et al. (2021). Tanto Han quanto Silveira argumentam que, nesse novo regime, a autonomia individual está ameaçada, já que os algoritmos controlam o fluxo de informações e ditam o que os usuários devem ver, ler e acreditar. Dessa forma, o controle informacional se torna uma ferramenta central para moldar e manipular a percepção pública, com consequências profundas para a democracia.

2.1 Big Data e Algoritmos

Na era digital, o uso de big data e algoritmos tem se tornado uma ferramenta central de manipulação de poder, moldando a maneira como as informações são coletadas, armazenadas e utilizadas. Este controle massivo de dados cria um cenário em que grandes corporações e governos exercem um poder penetrante e profundo, sobre a sociedade. De acordo com Silveira et al. (2021), essa prática é denominada colonialismo de dados, onde o acúmulo e o controle de grandes volumes de dados por poucos atores se assemelham às dinâmicas coloniais do passado, em que os recursos eram explorados por potências dominantes. Hoje, esses "recursos" são os dados pessoais e comportamentais dos usuários, coletados sem plena consciência ou consentimento.

Os algoritmos, por sua vez, se tornaram em um instrumento dessa dominação, sendo capazes de prever e influenciar comportamentos com base nos dados coletados. Como Han (2022b) discute em sua análise da infocracia, os algoritmos moldam o que vemos, lemos e acreditamos, criando uma espécie de "governança algorítmica". Nesse sistema, as decisões sobre o que deve ser mostrado ou ocultado aos usuários são tomadas por fórmulas matemáticas que operam sem transparência ou accountability. Dessa forma, tanto o colonialismo de dados quanto a infocracia reforçam a ideia de um sistema, em que a autonomia individual é cada vez mais erodida, enquanto o poder permanece concentrado nas mãos de quem controla o mundo das informações digitais.

2.2 Redes Sociais e Segmentação de Conteúdo

As redes sociais desempenham um papel central na era digital, funcionando como plataformas de interação e disseminação de informações, mas também como espaços de

controle informacional. De acordo com Han (2022b), as redes sociais são uma peça crucial no regime de infocracia, onde a segmentação algorítmica do conteúdo permite que diferentes grupos sociais sejam moldados de acordo com perfis comportamentais específicos. Isso cria um ambiente de manipulação, em que o conteúdo exibido aos usuários não é neutro, mas sim direcionado para reforçar crenças e comportamentos já existentes. Esse processo, conhecido como "personalização algorítmica", fragmenta o debate público e enfraquece o diálogo entre grupos com diferentes perspectivas.

Silveira et al. (2021) descreve esse fenômeno como uma "trincheira algorítmica", onde algoritmos avançados analisam dados comportamentais para entregar conteúdo altamente segmentado e personalizado. O objetivo, segundo Silveira, não é apenas direcionar anúncios ou aumentar o engajamento, mas também controlar a narrativa pública ao moldar o que cada indivíduo consome. A trincheira algorítmica atua como uma barreira invisível que impede a exposição a opiniões contrárias e agrava a polarização social, um efeito amplificado nas redes sociais. O controle dessas plataformas por corporações globais também amplia a concentração de poder e a dominação informacional, refletindo uma nova forma de colonialismo, só que agora digital.

Além disso, o papel das redes sociais na criação dessas "bolhas informacionais" também foi analisado por autores como Wendy Brown (2019), que destaca o impacto disso no enfraquecimento das democracias ocidentais. Para Brown, a ascensão da política antidemocrática está intimamente ligada à maneira como as redes sociais permitem que grupos se isolem em suas próprias versões da realidade, sem serem desafiados por ideias divergentes. Esse isolamento digital, possibilitado pelos algoritmos, não apenas ameaça o debate público, mas também mina a capacidade de formar consensos em questões políticas e sociais. Portanto, as redes sociais, ao invés de promoverem a troca aberta de ideias, tornam-se espaços de controle narrativo e segmentação algorítmica.

2.3 Vigilância e Privacidade: A Coleta de Dados e os Impactos na Autonomia

No mundo atual, a vigilância assumiu uma nova forma, sendo conduzida de maneira silenciosa e constante por meio da coleta massiva de dados pessoais. A privacidade, antes considerada um direito fundamental, está sendo progressivamente relativizada à medida que plataformas digitais, corporações e governos capturam grandes quantidades de informações sobre os usuários. O processo de coleta de dados faz parte do colonialismo de dados, onde as informações pessoais são utilizadas para vigiar e controlar a sociedade sem que os indivíduos tenham plena consciência ou controle sobre como seus dados são usados Silveira et al. (2021).

Essa espionagem digital afeta diretamente a autonomia de vontade, pois os dados coletados são utilizados para prever e influenciar comportamentos, como descrito no conceito de infocracia. A personalização de conteúdo, fomentada por algoritmos que se baseiam nos dados coletados, reduz a capacidade de escolha dos usuários, moldando suas percepções e decisões Han (2022b). Além disso, a vigilância algorítmica torna os cidadãos não apenas consumidores de conteúdo digital, mas também produtos de um sistema que capitaliza suas informações, firmando uma lógica de controle invisível. Nesse cenário, o direito à privacidade e à liberdade de expressão é comprometido, à medida que os indivíduos se tornam objetos de análise e exploração.

Os impactos da vigilância digital sobre a privacidade são profundos, para Wendy Brown (2019), a ascensão da política antidemocrática está diretamente ligada à vigilância digital, pois, ao capturar dados, essas plataformas limitam a capacidade dos indivíduos de agir com plena autonomia. A constante vigilância cria uma sensação de conformismo, onde os indivíduos são levados a agir de acordo com padrões comportamentais predefinidos, reforçando a lógica de controle. Sendo assim, a privacidade deixa de ser apenas uma questão de proteção individual, passando a ser um pilar essencial para a preservação da autonomia e da democracia.

2.4 Fake News e Desinformação: A Guerra Informacional no Neoliberalismo

A proliferação de fake news e desinformação tornou-se uma das principais características da era digital, criando uma verdadeira "guerra informacional" que afeta as democracias atuais. Segundo Han (2022b), o fluxo constante de informações digitais, muitas vezes inverificáveis ou manipuladas, tem condicionado a verdade, criando um ambiente de incertezas onde é cada vez mais difícil distinguir fato de opinião. Essa confusão informacional enfraquece o discurso público, prejudica o debate democrático e abre espaço para narrativas fabricadas que servem a interesses políticos e econômicos específicos. O controle da verdade passa a ser exercido de maneira imperceptível, por meio da manipulação de dados e de algoritmos que direcionam o que as pessoas consomem nas plataformas digitais.

O neoliberalismo, como argumenta Wendy Brown (2019), aumenta esse processo ao reforçar a lógica mercadológica nas interações sociais, onde o valor econômico da informação supera sua veracidade. Sendo assim, a disseminação de fake news não é apenas uma questão política, mas também uma estratégia de controle econômico e cultural, na qual grandes plataformas e corporações digitais lucram com a polarização e a segmentação do público-alvo. Silveira et al. (2021) descreve essa dinâmica como parte do colonialismo de dados, onde o

controle sobre as informações e dados coletados permite moldar narrativas de acordo com os interesses das elites econômicas e políticas, perpetuando o domínio sobre a sociedade.

Além disso, Han (2017) em *Sociedade do Cansaço* afirma que a sobrecarga informacional, gerada pela quantidade massiva de dados e informações, também contribui para a aceitação passiva da desinformação. Os indivíduos, saturados pelo excesso de informações, não possuem tempo ou disposição para verificar a veracidade de tudo o que consomem, tornando-se presas fáceis para a manipulação. Dessa forma, a desinformação se espalha facilmente, intensificada pelas redes sociais e pelos algoritmos que priorizam conteúdos sensacionalistas e polarizadores, em detrimento de informações verificadas e fundamentadas. Essa guerra informacional, alimentada pelas fake news, coloca em xeque a integridade dos processos democráticos e enfraquece a capacidade crítica da sociedade.

3. IMPACTO DA INFOCRACIA NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS

A infocracia, conceito introduzido por Byung-Chul Han, traz à tona uma série de reflexões e desafios para as democracias contemporâneas, à medida que a digitalização e o controle informacional se intensificam. A manipulação da informação e a segmentação de dados têm implicações diretas na autonomia dos cidadãos e na forma como se processa o debate público. O fenômeno da erosão da autonomia individual é um dos efeitos mais preocupantes, uma vez que a personalização de conteúdo digital leva os indivíduos a um estado de conformidade, onde suas escolhas e opiniões são moldadas por algoritmos que priorizam a interação superficial em detrimento do diálogo genuíno (Han, 2022b).

Outrossim, a fragmentação do debate público é exacerbada pela infocracia. As bolhas informacionais criadas pelas redes sociais dificultam que diferentes grupos sociais interajam de forma significativa, resultando em um espaço democrático empobrecido. Silveira et al. (2021) aborda como o colonialismo de dados não apenas a concentração de poder, mas também fragmentação das narrativas, dificultando a formação de consensos e a construção de um discurso democrático coeso. A polarização das opiniões se intensifica à medida que as plataformas priorizam conteúdos que reforçam crenças pré-existentes, levando a um ciclo vicioso de desinformação que mina a saúde democrática.

Finalmente, o impacto da infocracia nas democracias também se reflete na crescente dificuldade em manter uma cidadania informada e crítica. A dependência de algoritmos para consumir notícias e informações faz com que os cidadãos se tornem mais suscetíveis à manipulação e à desinformação. O controle informacional, portanto, não apenas muda a

dinâmica política, mas também desafia as bases da educação cívica e do engajamento democrático, pois a capacidade de tomar decisões informadas se torna cada vez mais comprometida.

3. 1 Erosão da Autonomia Individual

A manipulação algorítmica representa uma ameaça relevante à autonomia individual, uma vez que os algoritmos que regem as interações nas plataformas digitais moldam as escolhas dos usuários de maneira invisível. Han (2022b) salienta que a digitalização não apenas facilita a coleta de dados, mas também transforma a maneira como os indivíduos se lidam com a informação. A personalização de conteúdo, promovida por algoritmos, leva a uma situação em que as preferências e comportamentos dos usuários são analisados e utilizados para determinar o que eles devem ver e consumir. Essa dinâmica resulta em uma perda da autonomia individual, na medida em que as decisões se tornam cada vez mais guiadas por influências externas e menos por uma análise crítica pessoal.

Ademais, a lógica da infocracia acentua essa erosão da autonomia, para Silveira et al. (2021) descreve como a coleta massiva de dados, permite que grandes corporações não apenas influenciem comportamentos, mas também envolvem as percepções e as crenças dos indivíduos. O controle informacional, nesse contexto, torna-se uma forma de dominação que não requer coerção física, mas sim uma manipulação eficaz das escolhas cotidianas. À medida que os algoritmos priorizam o conteúdo que gera mais engajamento, as vozes dissonantes e as informações alternativas são suprimidas, resultando em uma homogeneização das opiniões e na formação de uma sociedade conformista.

Essa erosão da autonomia individual é, particularmente, um processo preocupante, pois a capacidade de agir de forma independente e informada é crucial para a construção das democracias. A dependência dos usuários em relação às plataformas digitais para a obtenção de informações leva a uma aceitação passiva da manipulação algorítmica. Como afirmam Han (2017) e Brown (2019), essa situação não apenas dissolve a capacidade crítica dos indivíduos, mas também compromete o potencial para uma cidadania ativa e engajada. Para que as democracias possam prosperar, é essencial que os cidadãos recuperem o controle sobre suas escolhas informacionais e se tornem conscientes das forças que moldam suas percepções e ações.

3. 2 Fragmentação do Debate Público: Desafios para a Democracia

A polarização do debate público é um dos efeitos mais notáveis da infocracia, onde a manipulação algorítmica e o controle informacional exercem um papel central na construção de bolhas informacionais. Com a personalização de conteúdo promovida pelas redes sociais, os indivíduos se veem expostos apenas a informações que reforçam suas crenças e opiniões pré-existentes. Como argumenta Han (2022b), essa dinâmica não apenas limita o acesso a uma variedade de perspectivas, mas também reduz a qualidade do debate democrático, transformando a interação social em um exercício de validação mútua, em vez de um espaço de diálogo construtivo.

Silveira et al. (2021) identifica essa fragmentação como uma consequência do colonialismo de dados, onde grandes plataformas digitais utilizam algoritmos para segmentar os usuários de maneira que as interações se mostrem cada vez mais homogêneas. Essa segmentação não só impede a exposição a vozes divergentes, mas também promove uma cultura de desinformação, uma vez que as narrativas manipuladas circulam rapidamente dentro dessas bolhas. O resultado é um enfraquecimento do espaço público, onde as conversas se tornam superficiais e a capacidade de formar consensos em questões importantes é severamente comprometida.

Ademais, essa polarização do debate público também tem implicações diretas no desenvolvimento das democracias. Wendy Brown (2019) aponta que a ascensão de movimentos políticos antidemocráticos está intimamente relacionada à incapacidade das sociedades de dialogar de maneira efetiva e inclusiva. Quando o debate é dominado por visões polarizadas, a construção de políticas públicas e a resolução de conflitos sociais se tornam cada vez mais difíceis. Por fim, para que as democracias possam enfrentar os desafios impostos pela infocracia, é fundamental promover uma maior diversidade de informações, além de incentivar uma participação cidadã ativa e crítica que desafie a fragmentação atual do discurso público.

3. 3 Crise da Verdade: O Papel das Plataformas Digitais na Relativização da Verdade

A crise da verdade se manifesta de maneira alarmante na era digital, especialmente com a ascensão das plataformas digitais que facilitam a disseminação de informações de forma rápida e abrangente. Han (2017) discute em *Sociedade do Cansaço* como o excesso de informações, ao invés de enriquecer o debate público, leva à saturação e à confusão, criando um ambiente onde a distinção entre fato e opinião se torna cada vez mais nebulosa. Nesse sentido, as plataformas digitais não apenas promovem o fluxo constante de informações, mas também, frequentemente, priorizam conteúdos que são sensacionalistas ou polarizadores, contribuindo para a desinformação e a relativização da verdade.

Além disso, Han (2022b) em Infocracia salienta que o controle da informação pelas plataformas digitais resulta em uma homogeneização das narrativas, onde as opiniões contrárias são silenciadas. Essa uniformidade impossibilita a capacidade do público de engajar-se em um debate crítico e informado, uma vez que as informações que circulam são filtradas sem a necessidade de se atentar a veracidade dos conteúdos. A relativização da verdade, portanto, é uma consequência direta da governança algorítmica, que molda a percepção pública de maneira tendenciosa, dificultando a construção de um consenso sobre questões fundamentais.

Portanto, a erosão da verdade nas plataformas digitais tem consequências diretas no desenvolvimento das democracias contemporâneas. A incapacidade de discernir informações verídicas de narrativas manipuladas destrói a confiança nas instituições e prejudica a participação cidadã. Han (2017) alerta que, sem um compromisso com a verdade, a democracia se torna vulnerável a manipulações que podem direcionar o comportamento eleitoral e as decisões políticas. Para que a democracia possa prosperar, é essencial que haja uma reavaliação crítica do papel das plataformas digitais na disseminação de informações e um esforço conjunto para promover a verdade como um valor fundamental na esfera pública.

3. 4 Algoritmos e Eleições: Manipulação Eleitoral e o Perigo para a Democracia

A relação entre algoritmos e eleições representa um desafio crítico para a integridade democrática nos tempos atuais. As plataformas sociais e os mecanismos de propaganda digital utilizam algoritmos para segmentar e direcionar mensagens políticas a grupos específicos de eleitores, muitas vezes de maneira velada. Essa personalização de conteúdo não apenas influencia a forma como os eleitores percebem os candidatos e suas propostas, mas também pode distorcer a verdade, criando narrativas que privilegiam determinados interesses políticos. Han (2022b) aponta que essa manipulação informacional transforma as eleições em um jogo de dados e algoritmos, onde o que é mostrado ao eleitor é cuidadosamente selecionado para maximizar o engajamento e a persuasão, em vez de promover uma discussão democrática fundamentada.

Outrossim, a manipulação eleitoral por meio de algoritmos pode resultar na disseminação de informações enganosas e propaganda negativa, impactando a formação da opinião pública. A corrida pela atenção dos eleitores frequentemente prioriza o conteúdo sensacionalista ou polarizador, que se espalha rapidamente pelas redes sociais, obscurecendo informações factuais e comprometedoras. Essa dinâmica foi observada em eleições recentes, onde campanhas políticas utilizaram estratégias de microtargeting para criar mensagens

personalizadas que ressoam com as emoções e medos dos eleitores, ao invés de se basear em um debate aberto sobre políticas públicas Han (2017).

A manipulação algorítmica não se limita apenas ao que é promovido, mas também ao que é escondido. As vozes de grupos minoritários ou de candidatos menos favorecidos podem ser facilmente silenciadas pelas forças do algoritmo, que operam em um contexto de favorecimento das narrativas dominantes. Como argumenta Han (2022b), esse fenômeno não apenas distorce a competição política, mas também resulta em uma democracia empobrecida, onde as escolhas dos cidadãos são restringidas por interesses corporativos e políticos que controlam a informação. Isso evidenciam questões sérias sobre a liberdade e a equidade no processo eleitoral, comprometendo os princípios fundamentais da democracia.

Para enfrentar os desafios impostos pela manipulação algorítmica nas eleições, é essencial implementar uma regulação eficaz que promova a transparência e a responsabilidade nas plataformas digitais. Isso inclui exigir que as empresas de tecnologia divulguem informações sobre como seus algoritmos funcionam e quais dados são utilizados para direcionar anúncios políticos. E depois, a educação digital deve ser fortalecida, capacitando os cidadãos a discernir informações e a compreender as táticas utilizadas nas campanhas eleitorais. Sem essas intervenções, o risco de um retrocesso democrático aumenta, à medida que a manipulação algorítmica se torna uma prática comum nas eleições, desestabilizando a confiança pública nas instituições democráticas.

4. DESAFIOS E RESPOSTAS PARA A DEMOCRACIA NA INFOCRACIA

A infocracia mostra uma série de desafios significativos para as democracias contemporâneas, reclamando respostas urgentes e eficazes para preservar os valores democráticos e a autonomia dos cidadãos. Em um cenário onde a manipulação da informação, a vigilância digital e a propagação de fake news se tornaram comuns, a capacidade das sociedades de agir criticamente frente a essas ameaças é essencial. As democracias devem enfrentar não apenas as consequências do controle informacional, mas também incentivar uma cultura de opinião crítica que permita aos cidadãos discernir e resistir à manipulação algorítmica.

Um dos principais desafios é o controle das plataformas digitais, que desenvolvem um papel central na disseminação de informações e na formação do debate público. A falta de transparência nos algoritmos e nas práticas de coleta de dados traz questões sobre a responsabilidade das empresas de tecnologia na proteção dos direitos dos usuários. Propostas

para diminuir o controle informacional incluem exigir maior transparência em relação a como os dados são coletados e utilizados, assim como a necessidade de regulamentações que limitem o poder dessas plataformas de influenciar eleições e moldar opiniões.

Portanto, a educação digital e a conscientização são essenciais para capacitar os cidadãos na era da informação. A promoção de habilidades críticas que permitam identificar desinformação e entender o funcionamento dos algoritmos é primordial para formar uma cidadania ativa e informada. Como argumenta Han (2022a) em *A Expulsão do Outro*, a autonomia individual e a liberdade de expressão são bases fundamentais da democracia que precisam ser preservados. Investir em educação digital não apenas fortalece a resistência à manipulação, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa e informada, capaz de lidar com os desafios impostos pela infocracia.

4. 1 Necessidade de Vigilância Crítica: Conscientização e Resistência

A necessidade de consciência crítica se torna cada vez mais urgente em um mundo dominado pela infocracia, onde a manipulação da informação e a segmentação algorítmica têm impactos diretos na formação da opinião pública. Han (2022b) argumenta que, para resistir ao controle informacional, os cidadãos devem desenvolver uma noção crítica que lhes permita identificar e questionar as narrativas impostas por algoritmos. Essa vigilância crítica é de suma importância para que os indivíduos não se tornem meros consumidores passivos de informação, mas sim agentes ativos capazes de discernir a verdade em um mar de desinformação.

Ademais, a fragmentação do debate público e a polarização das opiniões criam um ambiente em que o diálogo democrático é danificado. Como aponta Wendy Brown (2019), a ascensão de movimentos políticos antidemocráticos está intimamente ligada à incapacidade das sociedades de promover um debate inclusivo e crítico. Para que a democracia possa prosperar, é essencial que os cidadãos adotem uma postura cuidadosa e se engajem em discussões abertas, desafiando as narrativas dominantes que frequentemente são fomentadas pela lógica do neoliberalismo e do controle algorítmico.

Para alimentar essa conscientização e resistência, é importante que haja uma educação voltada para a análise crítica da informação. Han (2017) em *Sociedade do Cansaço* menciona que a saturação informativa pode levar à indiferença, dificultando a capacidade dos indivíduos de questionar as informações que consomem. Por fim, é necessário que a sociedade invista em programas de educação digital que promovam habilidades críticas, capacitando os cidadãos a não apenas consumir informações, mas também a questioná-las e resistir à manipulação. Assim,

a vigilância crítica se torna uma base essencial para a preservação da autonomia e a saúde das democracias.

4. 2 Regulação das Plataformas Digitais

O controle das plataformas digitais surge como uma necessidade urgente para diminuir o impacto informacional e garantir a integridade democrática. O desenvolvimento exponencial da desinformação e a manipulação algorítmica demandam uma abordagem proativa por parte dos legisladores e da sociedade civil. Han (2022b) defende que a falta de transparência nas práticas de coleta de dados e na operação de algoritmos contribui para a erosão da autonomia dos cidadãos e a vulnerabilidade do debate público. Ademais, é essencial que haja regulamentações que exijam que as empresas divulguem informações claras sobre como seus algoritmos funcionam e quais critérios são utilizados para filtrar e promover conteúdo.

Além do que, a necessidade de estabelecer limites ao poder das grandes plataformas digitais se torna ainda mais necessário no contexto das eleições. Han (2017) em *Sociedade do Cansaço* alerta para o fato de que a manipulação da informação não apenas distorce a competição política, mas também resulta em uma democracia desestruturada. A implementação de medidas que garantam a diversidade de opiniões e a transparência nas práticas eleitorais é primordial para preservar a equidade no processo democrático. Propostas como a criação de órgãos reguladores independentes para supervisionar as atividades das plataformas e a exigência de auditorias regulares dos algoritmos são passos necessários para restaurar a confiança do público.

Por fim, o desafio da regulação não se limita ao controle da desinformação, mas também envolve ao incentivo de práticas que promovem a responsabilidade social das plataformas. Brown (2019) observa que a ascensão de movimentos políticos antidemocráticos é fomentada pela falta de responsabilidade das empresas de tecnologia em relação ao impacto social de suas operações.

Dessa forma, a regulação deve incluir diretrizes que responsabilizem as plataformas por suas práticas, garantindo que elas promovam um ambiente informativo saudável e diverso. A regulação das plataformas digitais não apenas diminuiria o controle informacional, mas também fortaleceria as bases da democracia e a capacidade crítica dos cidadãos.

4. 3 Educação Digital e Conscientização: Capacitando os Cidadãos na Era Digital

A educação digital surge como uma ferramenta importante para preparar os cidadãos a mergulhar no complexo ecossistema informacional da era digital. Em um contexto em que a manipulação algorítmica e a desinformação se tornaram comuns, é crucial que os indivíduos desenvolvam habilidades críticas que lhes permitam discernir entre informações verificadas e narrativas manipuladas. Han (2022b) destaca a importância de formar cidadãos críticos que não apenas consomem informação, mas que a analisam e questionam, promovendo assim um ambiente democrático mais limpo e saudável. A educação digital precisa ir além da mera instrução técnica sobre o uso de dispositivos e redes sociais, englobando também a análise crítica do conteúdo consumido.

Além disso, Silveira et al. (2021) argumenta que a conscientização sobre a coleta de dados e as práticas das plataformas digitais é vital para que os cidadãos compreendam o impacto de suas escolhas informacionais. Esse entendimento deve incluir informações sobre como os algoritmos funcionam e de que maneira eles influenciam as experiências online. Programas educacionais que trabalhem a privacidade, os direitos digitais e a ética na informação podem capacitar os indivíduos a se tornarem participantes ativos na esfera pública, em vez de consumidores passivos. Ao promover uma compreensão profunda do controle informacional, os cidadãos poderão resistir à manipulação e contribuir para um debate democrático mais robusto.

Dessa forma, é importante que a educação digital seja inclusiva e acessível a todos os setores da sociedade. O desafio é garantir que grupos desprezados também tenham acesso a essas informações e habilidades, de modo que todos possam participar ativamente do processo democrático. A promoção de iniciativas de educação digital em comunidades e instituições educacionais é primordial para combater a desigualdade informacional e fortalecer a cidadania. Ao empoderar os cidadãos com o conhecimento necessário para adentrar no mundo digital, é possível promover uma sociedade mais crítica e engajada, capaz de enfrentar os desafios impostos pela infocracia.

4. 4 Preservação da Liberdade e da Verdade: Desafios e Possíveis Caminhos

A preservação da liberdade e da verdade é um dos desafios mais urgentes enfrentados pelas democracias na era da infocracia. A manipulação informacional e a disseminação de desinformação comprometem não apenas a autonomia dos cidadãos, mas também a essência da democracia.

Han (2022a) em *A Expulsão do Outro* destaca que a liberdade não pode existir sem um compromisso com a verdade; a distorção dos fatos e a aceitação passiva de narrativas

manipuladas criam um ambiente onde a liberdade se torna ilusória. Para restaurar a confiança nas instituições democráticas, é crucial desenvolver uma cultura que valorize a verdade como um pilar central da vida pública.

Wendy Brown (2019) também salienta a necessidade de um retorno à honestidade na política, destacando que a política antidemocrática prospera na obscuridade e na falta de transparência. Para que as democracias possam enfrentar os desafios impostos pela infocracia, é necessário um esforço conjunto para promover a clareza e a verdade nas informações que circulam. Isso inclui a instituição de regulamentos que cobrem que as plataformas digitais sejam responsabilizadas pela proliferação de desinformação e a criação de mecanismos que permitam aos cidadãos reportar e contestar informações falsas. Além disso, a educação digital deve ser fortalecida para preparar os cidadãos a discernir a verdade e a resistir à manipulação informacional.

A proposta de uma nova ética informacional também é um caminho promissor para a preservação da liberdade e da verdade. Silveira et al. (2021) sugere que a ética na coleta e uso de dados deve ser reavaliada, visando não apenas o lucro, mas também o bem-estar da sociedade. Isso implica uma responsabilidade social das plataformas digitais, onde a transparência e o compromisso com a verdade são prioritários. O desenvolvimento de um ambiente informativo saudável requer a colaboração entre governos, organizações civis e empresas de tecnologia para estabelecer regras que promovam a integridade informacional.

A luta pela preservação da liberdade e da verdade deve ser entendida como uma responsabilidade coletiva. A mobilização da sociedade civil, aliada a iniciativas educacionais e à regulação das plataformas digitais, pode criar um movimento em prol de uma democracia mais robusta e informada.

Finalmente, Han (2022b) destaca que a autonomia individual e a liberdade de expressão são direitos basilares que devem ser defendidos ativamente, não apenas em tempos de crise, mas como parte da prática cotidiana da cidadania. Ao incentivar um espaço onde a verdade é valorizada e a liberdade é respeitada, as democracias podem enfrentar os desafios da infocracia e garantir um futuro mais justo e equitativo para todos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infocracia, como uma nova forma de regime político, revela uma série de desafios relevantes para as democracias modernas. Ao explorar a manipulação informacional, a segmentação de dados e a disseminação de fake news, este artigo destacou como a digitalização modifica a dinâmica do poder e a autonomia dos cidadãos. A transformação do espaço público

em uma arena dominada por algoritmos não apenas compromete a qualidade do debate democrático, mas também coloca em risco a liberdade individual, tornando os cidadãos frágeis à manipulação velada promovida por grandes corporações e plataformas digitais.

Diante dessa realidade, a necessidade de uma consciência crítica surge como uma resposta vital para enfrentar as ameaças à democracia. Os cidadãos devem se tornar agentes ativos, capazes de identificar entre informações verificadas e narrativas manipuladas, alimentando assim uma cultura de conscientização e resistência. O papel das instituições educacionais é fundamental neste processo, pois a formação de cidadãos críticos e informados é fundamental para garantir a integridade do debate público e a integridade da democracia. A educação digital deve ser priorizada, preparando os indivíduos a compreender a lógica dos algoritmos e a fugir da desinformação.

Ademais, a regulação das plataformas digitais é imperativa para erradicar o controle informacional que permeia a era da infocracia. É necessário estabelecer regras claras que promovam a transparência das práticas das empresas de tecnologia, garantindo que os direitos dos usuários sejam respeitados. A implementação de regulamentações que limitem o poder dessas plataformas de influenciar o debate público e os resultados eleitorais pode restaurar a confiança nas instituições democráticas e permitir um espaço onde a diversidade de vozes e opiniões prospere.

Portanto, a luta pela preservação da liberdade e da verdade deve ser entendida como uma responsabilidade coletiva. A mobilização da sociedade civil, aliada a iniciativas educacionais e à regulação eficaz das plataformas digitais, pode criar um movimento completo em defesa da democracia. Ao valorizar a verdade e respeitar a liberdade de expressão, as democracias poderão enfrentar os desafios impostos pela infocracia e assegurar um futuro mais justo e equitativo para todos. Sendo assim, é primordial que, em meio a um ambiente digital cada vez mais complexo, o compromisso com a liberdade e a verdade se mantenha como um norte orientador para o desenvolvimento de sociedades democráticas mais resilientes.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CESARINO, Letícia. **O mundo ao avesso – verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2015.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade paliativa: a dor hoje**. Petrópolis: Editora Vozes, 2021b.

HAN, Byung-Chul. **A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje**. Petrópolis: Editora Vozes, 2022a.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2022b.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco (orgs.). **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.